



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

30 de Setembro 2014



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 30/09/2014
Assunto: Entrevista José Pacheco		Página: Online



ENTREVISTA: O QUE FAZER PARA MELHORAR A EDUCAÇÃO? JOSÉ PACHECO DÁ PISTAS

Pedagogo português pensa que o modelo atual de ensino precisa de mudanças profundas para dar certo

Fonte: UOL Educação

O educador José Pacheco defende uma escola sem salas de aula, divisão de turmas ou disciplinas, ou seja, pensa que o modelo atual de ensino precisa de mudanças profundas para dar certo. "A velha escola há de parir uma nova educação, mas as dores do parto serão intensas, enquanto a tecnocracia e a burocracia continuarem a invadir domínios onde deveria prevalecer a pedagogia", diz o pesquisador.

Apesar de português, Pacheco conhece bem o Brasil e já visitou experiências educacionais em várias cidades do país. Ele diz que o Brasil possui excelentes professores e teóricos, e que uma mudança depende de autonomia e da dignidade de um diálogo horizontal e respeitoso entre escolas e poder público.

Sobre algumas das bandeiras mais defendidas pelos candidatos na campanha deste ano, Pacheco diz que não adianta aumentar o tempo na escola se a estrutura continua a mesma, o que ele chama de dose "dupla de tédio", e que usar tablets na sala de aula não resolve os problemas da escola, eles "apenas contribuem para reforçar a mesmice". Leia a seguir a entrevista com o educador, que acaba de lançar o livro "Crônicas Educação".

UOL Educação - Alguns candidatos à presidência da República listam em seus planos de governo o incentivo ao uso de tecnologias da informação e da comunicação em sala de aula. Na sua opinião, qual deve ser o peso dessas ferramentas no dia a dia dos alunos?

José Pacheco - Com ou sem novas tecnologias, a escola precisa ser reinventada. Mas do modo como as novas tecnologias estão a ser introduzidas nas escolas, temo que se transformem em panaceias, que sirvam para congelar aulas em computadores, aulas que os alunos, acostumados ao imediatismo e à velocidade dessas tecnologias, acriticamente consumam, sem resquícios de cooperação com o aluno vizinho, dependentes de vínculos afetivos precários, estabelecidos com identidades virtuais. É



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

comum verificar que a utilização de quadros interativos e o recurso a tablets, por exemplo, são considerados indicadores de qualidade, quando apenas contribuem para reforçar a mesmice.

UOL - Em seus planos de governo, os presidenciáveis destacam a ampliação do ensino em tempo integral. Qual é o impacto do aumento da permanência da criança na escola?

Pacheco - Um bom exemplo de iniciativa ministerial é o "Mais Educação". Porém, a interpretação prática de uma proposta de elevado potencial redundou, em muitas escolas, na criação de "contraturnos" feitos de atividades desconexas, transformando o turno integral numa dose dupla de tédio. O impacto poderá ser positivo, se não se tratar apenas de "tempo integral", mas de desenvolver educação integral em tempo integral. Não se aprende apenas no restrito tempo escolar de quatro horas diárias, ou adicionando horas de "contra-turno". A aprendizagem acontece vinte e quatro horas de cada dia, nos trezentos e sessenta e cinco dias de cada ano. Deveremos aproveitar a iniciativa do "Mais Escola" para recuperar a ideia de vizinhança, de solidariedade, de fraternidade, de responsabilidade social.

UOL - Acaba de entrar em vigor no Brasil o novo PNE (Plano Nacional de Educação), com metas para a educação brasileira os próximos dez anos. Quais são os seus pontos negativos e positivos?

Pacheco - A par do reconhecimento de muitos dos seus méritos, deverei denunciar o fato de em nenhuma das suas propostas e conclusões haver indícios de uma ruptura de paradigma. O PNE deixa pressupor que o sistema educativo se manterá cativo do velho modelo epistemológico do século 19. Celebro o PNE como documento de macro política. Mas a melhoria da educação depende mais de pequenos gestos quotidianos, no chão das escolas.

UOL - Uma das principais metas do PNE é a destinação de 10% do PIB para a educação. Na sua opinião, mais dinheiro para a educação está relacionado ao aumento da qualidade do ensino?

Pacheco - É louvável essa iniciativa. Porém, a manter-se a prevalência do modelo epistemológico do século 19, de que enferma a maioria das escolas brasileiras, a destinação de 10% do PIB apenas dará aso a um maior desperdício de recursos.

UOL - Qual é a sua avaliação sobre a definição de uma base curricular nacional?

Pacheco - Seria útil rever currículos. As ditas "grades" de língua portuguesa, por exemplo, são amontoados de conteúdos inúteis. Para que serve decorar termos como "dígrafo", ou expressões como "sujeito nulo subentendido"? O leitor saberá o que são "plantas epífitas", ou em que consiste um "ato elocutório diretivo"? Nem eu! Mas os alunos são receptáculos de uma acumulação cognitiva, que nem mil horas de "carga" poderiam contemplar. Quando aluno, fiz decoreba dos afluentes da margem esquerda de rios africanos e outras lengalengas que me ocupam a memória de longo prazo e que não me fizeram mais sábio nem mais feliz.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

UOL - Um dos entraves da educação básica hoje é ensino médio, fase em que muitos jovens deixam a escola. Alguns candidatos à presidência defendem a reformulação do ensino médio. O que precisa mudar na sua opinião?

Pacheco - Na minha opinião, não é somente o ensino médio que precisa mudar. Predomina nas escolas uma cultura que assente no individualismo, na competição desenfreada, na ausência de trabalho em equipe, na ausência de verdadeiros projetos. Nas decisões de política educativa, prevalece o discurso de economistas, engenheiros, técnicos de informática, jornalistas, gestores, diretores de marketing, ex-ministros, empresários, tudo gente de boa vontade, mas desprovida de conhecimento pedagógico. Talvez devamos apelar ao bom senso dos candidatos e dos titulares do poder público, pedir-lhes que estejam atentos a excelentes práticas que muitos educadores brasileiros vêm produzindo, sem importação de modas pedagógicas, e que são o contraponto da construção social "escola", que a modernidade nos deixou como herança. A velha escola há de parir uma nova educação, mas as dores do parto serão intensas, enquanto a tecnocracia e a burocracia continuarem a invadir domínios onde deveria prevalecer a pedagogia.

UOL - Você acha que dar um auxílio financeiro (bolsa) ou oferecer o ensino médio aliado à capacitação profissional são saídas para reduzir o abandono nessa fase?

Pacheco - Duvido que essas medidas logrem grandes mudanças. O meu conhecimento da educação é parco, mas suficiente para poder afirmar que há motivos para ser esperançoso. Não tanto pelos progressos na política educativa, que continua sendo desastrosa, mas pelos projetos que, por toda a parte, vejo surgir. O Brasil tem excelentes professores e os melhores teóricos do mundo. O drama educacional brasileiro poderá sintetizar-se numa frase: jovens do século 21 são ensinados por professores do século 20, com recurso a práticas do século 19, em práticas desprovidas de fundamentação científica. A lei brasileira permite ultrapassar esta situação. Estou a falar de autonomia, da dignidade de um diálogo horizontal, respeitoso entre escolas e poder público. Temos razões para acreditar que a educação do Brasil pode melhorar.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 30/09/2014
Assunto: Gestão		Página: Online



EDITORIAL: GARGALOS NO ENSINO E MÁ GESTÃO COMPROMETEM CONQUISTAS

"O esforço dispendido para se obter saltos positivos na qualidade do ensino da primeira etapa do básico - 1º ao 5º anos - não se reflete no ciclo seguinte", afirma jornal

Fonte: O Globo (RJ)

A Educação no Brasil consolidou uma conquista: o setor é consensualmente aceito pela sociedade como prioritário nas políticas públicas. É um avanço, e não só conceitualmente; desde os anos 90, incrementaram-se os indicadores em todos os níveis de Ensino do país, graças a ações práticas que atacaram crônicas demandas. Mas esse ainda é um movimento sujeito a contramarchas. Permanecem gargalos a serem desbloqueados.

Com Fernando Henrique, avançou-se na meta de universalizar o acesso ao Ensino fundamental. Um primeiro passo que se consolidou nos indicadores da recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). De 2012 para 2013, aumentou, de 78,1% para 81,2%, o percentual de crianças de 4 e 5 anos em salas de aula. A meta é chegar a 2016 com 100% matriculados. Também houve crescimento no índice de presença em salas de aula na faixa dos 6 aos 14 anos: 98,2% frequentaram a Escola em 2013.

Com Lula, a opção de dar prioridade ao Ensino superior, um equívoco, foi revertida no segundo mandato, com o Plano de Desenvolvimento da Educação, para o Ensino básico. O Fundef (Fernando Henrique) e o Fundeb (Lula) legaram ao poder público instrumentos para equacionar o repasse de verbas destinadas a esse módulo, com melhor repartição de recursos da Federação entre estados e municípios. Também há conquistas no combate ao Analfabetismo: a Pnad detectou um recuo, de 8,7% para 8,3%, no número de brasileiros que não sabem ler, embora o problema continue sério entre adultos e nas regiões mais pobres.

Um dos mais graves gargalos evidenciou-se com a divulgação do último Índice de Desenvolvimento da Educação básica (Ideb). Seus indicadores mostram uma tendência preocupante: enquanto a evolução do Ideb, em comparação com as metas de notas, tem números positivos no início do ciclo fundamental (em 2013, o patamar da



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

meta, de 4,9, foi ultrapassado, chegando a 5,2), nos anos finais e no Ensino médio registraram-se retrocessos: no primeiro caso, para uma meta de 4,4, a nota ficou em 4,2; no segundo, a meta era de 3,9, e o Ideb estacionou em 3,7. Isso significa que o esforço dispendido para se obter saltos positivos na qualidade do Ensino da primeira etapa do básico (1º ao 5º anos) não se reflete no ciclo seguinte. E não alcança o Ensino médio, o que compromete a qualidade do Aluno que chega à Universidade.

Nesse apagão, é sintomático o perfil de gasto anual por Aluno em comparação com nações do OCDE, o grupo de países mais desenvolvidos do planeta. No Ensino fundamental, o Brasil dispende per capita US\$ 2.673 (contra US\$ 8.296 da OCDE); no Ensino médio, a relação é ainda mais desigual: US\$ 2.662 do Brasil contra US\$ 9.280 da OCDE; já no Ensino superior, a diferença cai significativamente: US\$ 10.902 contra US\$ 13.958.

Dados como estes evidenciam que ainda há distorções graves no Ensino do país, principalmente o básico. Mas o diagnóstico mais fácil - a necessidade de mais verbas para o setor, atualmente na faixa de 5,7% do PIB - não explica tudo. Dinheiro não é solução mágica.

O módulo mais crítico da Educação, o básico (os Ensinos fundamental e médio), tem sido beneficiado por aumentos gradativos de repasses, através do Fundeb. E mesmo assim esses ciclos, principalmente o médio, foram reprovados no Ideb. A constatação é óbvia: como em outras áreas de políticas públicas, os problemas decorrem menos da falta de recursos, e bem mais das deficiências de gestão.

São números e questões prioritários para a agenda do próximo presidente. Note-se que, em razão da redução da taxa de crescimento populacional, o mercado de trabalho do país também tende a se retrair. A um número cada vez menor de jovens trabalhando deve-se, em contrapartida, aprimorar-se a qualificação, via aperfeiçoamento da qualidade do Ensino. É um desafio para já, do qual depende o aumento da baixa produtividade da economia brasileira, ponto vital.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 30/09/2014
Assunto: “Padrão Fifa”		Página: Online



ESCOLA PADRÃO FIFA AINDA É SONHO

Apesar de avanços, qualidade de ensino continua deficiente

Fonte: O Estado de S. Paulo (SP)

De 1995 a 2013, o número de matrículas na Educação básica cresceu de 43,8 milhões para 50 milhões, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). No Ensino superior, pulou de 1,8 milhão para 7,3 milhões. No mesmo período, a quantidade de universidades públicas federais subiu de 39 para 63.

O orçamento do Ministério da Educação (MEC) saltou de R\$33,7 bilhões (em valores corrigidos pela inflação) para R\$ 101,8 bilhões, aumento de 202%. No meio dessa sopa de números, fica evidente a constatação de que o País obteve ao longo das últimas décadas avanços significativos na inclusão de seus cidadãos no sistema educacional, conquista que esbarra em outro desafio: o da conquistar a qualidade de Ensino. Apesar do progresso, a Escola “padrão Fifa” reivindicada nas manifestações de junho de 2013, não está nem estará pronta para a próxima Copa.

Especialistas ouvidos pelo Estado apontaram uma série de medidas que precisam ser adotadas com urgência para melhorar a qualidade, da Educação básica ao Ensino superior: reformar o currículo Escolar; aumentar a atratividade pela carreira de magistério; reduzir distorções regionais; firmar um pacto de colaboração entre os diferentes Entes federados; e garantir a eficiência da gestão. “Temos uma Escola sem infraestrutura, chata, do século 19; um Professor do século 20, com formação de muita teoria e pouca prática em sala de aula; e um Aluno do século 21”, analisa o diretor de articulação e inovação do Instituto Ayrton Senna e ex-membro do Conselho Nacional de Educação (CNE), Mozart Ramos. “Se a gente não alinhar esses tempos, vai ser difícil fazer a mudança de que necessitamos. Houve muitos avanços, mas eles não colocaram o País na velocidade de cruzeiro que precisamos.”

No pé da lista. O Brasil permanece entre os piores países em Educação, conforme avaliação do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) – com 402 pontos na média geral, ocupa o 58.º lugar entre os 65 países examinados. A média do exame é de 497 pontos. O último Índice Nacional de Desenvolvimento da Educação básica



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

(Ideb) apontou que não houve avanço no Ensino médio entre as avaliações de 2011 e 2013, mantendo-se em 3,7. A meta era 3,9.

Para Ramos, sem atrair os jovens para a carreira de Professor será difícil promover mudança quantitativa e qualitativa na sala de aula. “Fala-se em Escola em tempo integral, mas precisamos de bons Professores.” Um currículo inovador, que dialogue com o universo dos jovens e as diferentes áreas de conhecimento, também é fundamental, pondera.

Na opinião do coordenador-geral da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação, Daniel Cara, o próximo presidente da República terá a obrigação de construir uma agenda de colaboração federativa, firmado um acordo com Estados e municípios que envolverá necessariamente o aumento dos repasses feitos pela União. “O espírito do Plano Nacional de Educação é de maior colaboração e isso segue o espírito da Constituição de 1988. Tudo que não foi resolvido desde então vai ter de ser resolvido agora”, diz Cara. “As Escolas ‘padrão Fifa’ vão começar a se viabilizar se a União tiver vontade política de cooperar com Estados e municípios. É preciso acordar os critérios para os municípios fazerem bom uso desse recurso.”

Sancionado pela presidente Dilma Rousseff em junho, o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece as diretrizes das políticas públicas na área para os próximos dez anos. O texto tramitou no Congresso Nacional por três anos e meio até chegar à mesa da presidente. Metas. Entre as metas do PNE estão a elevação do investimento em Educação para 10% do PIB até 2024, a erradicação do Analfabetismo, a oferta de Educação em tempo integral em no mínimo 50% das Escolas públicas e a elevação do número de matrículas na pós-graduação de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

Os recursos da exploração do pré-sal vêm sendo anunciados pelo governo como um “passaporte” para o futuro, mas o grosso do dinheiro só deverá chegar, de fato, a partir de 2019, observa Daniel Cara. Para Ramos, é preciso fazer com essa receita não seja desperdiçada em questões não estratégicas. “É óbvio que o País precisa de mais recursos, mas é preciso que sejam bem geridos”, ressalta.

Na avaliação do Professor Célio da Cunha, especialista em Educação da Universidade de Brasília (UnB), as distorções regionais devem fazer as autoridades lançarem um olhar específico para cada região. “Esses diferentes Brasis têm feições, arcabouços distintos”, afirma. Ele destaca a importância de uma política específica para a Educação no campo, onde os indicadores são piores. “O Brasil tem condições de chegar no segundo centenário de Independência, em 2022, numa situação bem mais cômoda do que hoje”, diz.